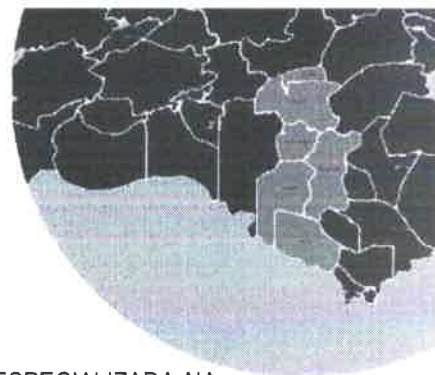




CPSMJN
Consórcio Público de Saúde
da Microrregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fls: 62
CPSMJN



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA POLICLÍNICA JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.

1.1. A licitação será julgada por **LOTE**.

1.2. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço, com modo de Disputa **Aberto e fechado**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O local de disputa será no Portal de Compras do Banco do Brasil – Licitações-e – via site: www.licitacoes-e.com.br.

1.4. ÓRGÃO GERENCIADOR: Consorcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte.

2. JUSTIFICATIVA: Considerando que o CPSMJN, tem, dentre suas prerrogativas, a execução eficiente e eficaz dos serviços públicos, visando sempre a melhoria do atendimento a população dentro dos princípios que regem a administração pública.

2.1. A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames laboratoriais justifica-se pela necessidade de prover os meios necessários para realização de exames aos usuários que dependem de atendimento da Policlínica João Pereira dos Santos, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte/CE, com o fito de melhor atender a população na prestação de saúde pública de qualidade a toda população e de manter os serviços de apoio de diagnóstico.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO GRUPO/LOTE

3.1. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMAÇÃO DO LOTE: A licitação de que trata o objeto deste Termo de Referência, em lote, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao largo das aquisições, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

3.2. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do artigo 23, §1º da Lei 8.666/93, neste caso se demonstra, tão somente, assegurar a gerencia segura da contratação e principalmente assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública;

3.3. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de uma quantidade menor de contratos e os transtornos que poderiam surgir com a existência de muitas empresas para a execução e supervisão do fornecimento a ser prestado. Assim com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupos/lotas;

3.4. Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si. – Acórdão 5.260/2011 1ª Câmara - TCU;

4. JUSTIFICATIVAS PARA NÃO EXCLUSIVIDADE E DE COTAS RESERVADAS A PARTICIPAÇÃO ME, EPP E MEI.

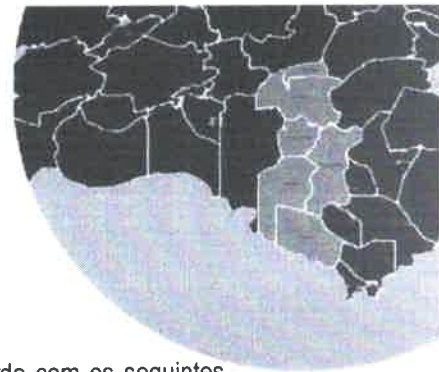
4.1. Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no presente certame, qual seja, para Microempresas, empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, pelo fato dos itens que estiverem estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serem separados por cotas, poderá



CPSMJN
Consortio Público de Saúde
da Microrregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fls: 63
CPSMJN



apresentar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado de acordo com os seguintes motivos:

4.1.1. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não tem se mostrado vantajoso para a administração pública Consorcial, principalmente em órgãos de pequeno e médio porte. Posto que é comum em licitações para bens divisíveis que em havendo cotas, que se verifique a cotação com preços diferentes para os mesmos itens licitados em cotas diferentes.

4.1.2. Há casos em que os preços são divergentes cotados por empresas diferentes, de categorias tributárias diferentes, ou mesmo optantes pelo simples nacional, mas de tipos societários diferentes e há casos em que a diferença de valores cotados ocorre até para a mesma empresa, sendo esta ME ou EPP, quando participa dos dois lotes ou itens em cotas diferentes;

4.1.3. Saliencia-se que tais situações podem representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, causando atrasos processuais para as adequações de preços, assim como o transtorno de ter que se lidar com dois valores distintos para o mesmo item ou lote, muitas vezes frustrando-se licitações ou contratações, por atrasos em entregas de itens ou mesmo rescisões contratuais, além da Administração não ter suas necessidades atendidas a contento;

4.1.4. Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo esta disposição deve ser interpretada a luz da Constituição Federal, da Lei nº 8.666/93 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

4.1.5. O que se observa é que a Lei complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa para a administração conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei 8.666/93.

5. JUSTIFICATIVA PARA ENQUADRAMENTO PARA MODALIDADE PREGÃO ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de Serviços comuns de que trata o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais de mercado podendo, portanto, ser solicitado por meio da modalidade Pregão;

5.2. Os serviços, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado;

5.3. O Uso do Sistema de Registro de Preços se justifica por ser mais conveniente a este Consorcio, devido à entrega parcelada do objeto, conforme o disposto no inciso I do artigo 3º do Decreto Federal nº 7.892/2013;

5.4. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23§ 1º, da Lei nº 8.668/1983, neste caso se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação e, principalmente, assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública;



CPSMJN
Consortio Público de Saúde
da Microrregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fls: 64
CPSMJN



5.5. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a celeridade, economia de escala, a eficiência na fiscalização de uma quantidade menos dos contratos e os transtornos que poderiam surgir a existência de muitas empresas para a execução e supervisão do fornecimento a ser prestado, assim como destaque para os princípios da eficiência e economicidade, se faz imprescindível a licitação por grupo.

6. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO COM FORMAÇÃO DE LOTES E VALORES ESTIMADOS:

4.1. LOTE 1 - EXAMES DE ANALISES CLINICAS; LOTE 2 – EXAMES ANATOMOPATOLOGICOS E CITOLOGICOS.

4.2. Os preços de referência foram estimados com base nas pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Compras do Consorcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte/CE, as quais estão acostadas nos autos do processo licitatório.

4.3. Valor Estimado Global: **R\$ 655.771,78 (Seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos).**

LOTE 1 - EXAMES DE ANALISES CLINICAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA (SUMÁRIO)	700	UND	R\$ 6,41	R\$ 4.487,00
2	ANTICORPO ANTI RECEPTOR DE TSH – TRAB	20	UND	R\$ 45,10	R\$ 902,00
3	ATIVIDADE ENZIMÁTICA	20	UND	R\$ 230,87	R\$ 4.617,40
4	COMPLEMENTO C3	30	UND	R\$ 20,15	R\$ 604,50
5	COMPLEMENTO C4	30	UND	R\$ 20,35	R\$ 610,50
6	COMPLEMENTO CH50	30	UND	R\$ 28,56	R\$ 856,80
7	CONTAGEM DE PLAQUETAS	300	UND	R\$ 8,88	R\$ 2.664,00
8	DETECÇÃO DE ANTICORPO ANTI - TRANSGLUTAMINASE - IGG	100	UND	R\$ 53,76	R\$ 5.376,00
9	DETECÇÃO DE ANTICORPO ANTI-ENDOMÍLIO, IGA	100	UND	R\$ 37,77	R\$ 3.777,00
10	DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO - VHS	100	UND	R\$ 5,55	R\$ 555,00
11	DETERMINAÇÃO DE POLIMERASE CHAIN REACTION - PCR	300	UND	R\$ 24,89	R\$ 7.467,00
12	DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	50	UND	R\$ 53,61	R\$ 2.680,50
13	DETERMINAÇÃO DO FATOR ANTINÚCLEO (FAN)	200	UND	R\$ 16,95	R\$ 3.390,00
14	DOSAGEM DA HOMOCESTEÍNA NO SANGUE	50	UND	R\$ 35,13	R\$ 1.756,50
15	DOSAGEM DA VITAMINA D-25 HIDROXI	200	UND	R\$ 19,91	R\$ 3.982,00
16	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1000	UND	R\$ 4,57	R\$ 4.570,00
17	DOSAGEM DE ALANINA AMINOTRANSFERASE - ALT	800	UND	R\$ 4,56	R\$ 3.648,00
18	DOSAGEM DE ALBUMINA NO SANGUE	100	UND	R\$ 6,36	R\$ 636,00
19	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	70	UND	R\$ 16,07	R\$ 1.124,90
20	DOSAGEM DE AMILASE	50	UND	R\$ 4,25	R\$ 212,50
21	DOSAGEM DE ANDROSTERONA	100	UND	R\$ 18,93	R\$ 1.893,00
22	DOSAGEM DE ASPARTATO AMINOTRANSFERASE - AST	800	UND	R\$ 4,40	R\$ 3.520,00
23	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	500	UND	R\$ 5,50	R\$ 2.750,00
24	DOSAGEM DE CA 125	60	UND	R\$ 16,32	R\$ 979,20
25	DOSAGEM DE CA 19.9	60	UND	R\$ 16,00	R\$ 960,00
26	DOSAGEM DE CÁLCIO SÉRICO	500	UND	R\$ 3,97	R\$ 1.985,00
27	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	1700	UND	R\$ 6,70	R\$ 11.390,00



28	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	1700	UND	R\$	6,37	R\$	10.829,00
29	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1700	UND	R\$	6,37	R\$	10.829,00
30	DOSAGEM DE COLESTEROL VLDL	1700	UND	R\$	6,25	R\$	10.625,00
31	DOSAGEM DE CORTISOL LIVRE URINÁRIO	100	UND	R\$	17,26	R\$	1.726,00
32	DOSAGEM DE CREATININA NO SANGUE	1500	UND	R\$	4,17	R\$	6.255,00
33	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	80	UND	R\$	7,43	R\$	594,40
34	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	80	UND	R\$	8,04	R\$	643,20
35	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	80	UND	R\$	26,00	R\$	2.080,00
36	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA - DHL	100	UND	R\$	8,31	R\$	831,00
37	DOSAGEM DE ESTRADIOL	200	UND	R\$	14,36	R\$	2.872,00
38	DOSAGEM DE FERRITINA	200	UND	R\$	13,73	R\$	2.746,00
39	DOSAGEM DE FERRO SERICO	150	UND	R\$	5,60	R\$	840,00
40	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	450	UND	R\$	5,30	R\$	2.385,00
41	DOSAGEM DE FÓSFORO SÉRICO	400	UND	R\$	5,27	R\$	2.108,00
42	DOSAGEM DE FRUTOSAMINA NO SANGUE	80	UND	R\$	14,12	R\$	1.129,60
43	DOSAGEM DE GLICEMIA EM JEJUM	1700	UND	R\$	4,17	R\$	7.089,00
44	DOSAGEM DE GLICEMIA PÓS BRANDIAL – MANHA E MEIO DIA (CURVA GLICÊMICA)	300	UND	R\$	6,87	R\$	2.061,00
45	DOSAGEM DE GLUTAMIL TRANSFERASE GGT GAMAGLUTAMILTRANSPEPTIDASE	200	UND	R\$	5,40	R\$	1.080,00
46	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA – HBA1C	400	UND	R\$	12,77	R\$	5.108,00
47	DOSAGEM DE HCG, BETA HCG	400	UND	R\$	8,57	R\$	3.428,00
48	DOSAGEM DE HORMÔNIO ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH) NO SANGUE	80	UND	R\$	24,74	R\$	1.979,20
49	DOSAGEM DE HORMONIO FSH	300	UND	R\$	8,91	R\$	2.673,00
50	DOSAGEM DE HORMONIO LH	300	UND	R\$	9,12	R\$	2.736,00
51	DOSAGEM DE IGE	300	UND	R\$	15,14	R\$	4.542,00
52	DOSAGEM DE IGE ESPECÍFICO	100	UND	R\$	20,51	R\$	2.051,00
53	DOSAGEM DE IGF-1 - SOMATOMEDINA C	80	UND	R\$	29,20	R\$	2.336,00
54	DOSAGEM DE INSULINA	70	UND	R\$	13,62	R\$	953,40
55	DOSAGEM DE LIPASE	100	UND	R\$	6,35	R\$	635,00
56	DOSAGEM DE MAGNÉSIO SÉRICO	300	UND	R\$	5,50	R\$	1.650,00
57	DOSAGEM DE PECTIDEO C	100	UND	R\$	32,67	R\$	3.267,00
58	DOSAGEM DE POTASSIO NO SANGUE	500	UND	R\$	8,87	R\$	4.435,00
59	DOSAGEM DE PROGESTERONA	140	UND	R\$	16,26	R\$	2.276,40
60	DOSAGEM DE PROLACTINA	400	UND	R\$	10,53	R\$	4.212,00
61	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	300	UND	R\$	7,71	R\$	2.313,00
62	DOSAGEM DE PSA – ANTIGENO PROSTÁTICO	800	UND	R\$	17,48	R\$	13.984,00
63	DOSAGEM DE PSA LIVRE	250	UND	R\$	13,68	R\$	3.420,00
64	DOSAGEM DE RETICULÓCITOS	100	UND	R\$	9,76	R\$	976,00
65	DOSAGEM DE SÓDIO NO SANGUE	300	UND	R\$	5,55	R\$	1.665,00
66	DOSAGEM DE SULFATO DE DEHIDROEPIANDROSTERONA - SDHEA	80	UND	R\$	21,45	R\$	1.716,00
67	DOSAGEM DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	400	UND	R\$	8,10	R\$	3.240,00
68	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	200	UND	R\$	20,65	R\$	4.130,00
69	DOSAGEM DE TESTOSTERONA TOTAL	200	UND	R\$	18,28	R\$	3.656,00
70	DOSAGEM DE THYROID STIMULATING HORMONE - TSH	1000	UND	R\$	9,01	R\$	9.010,00
71	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE T4	1000	UND	R\$	9,09	R\$	9.090,00
72	DOSAGEM DE TIROXINA T4	1000	UND	R\$	9,40	R\$	9.400,00

Copyright © 2000
by
Lippincott Williams & Wilkins



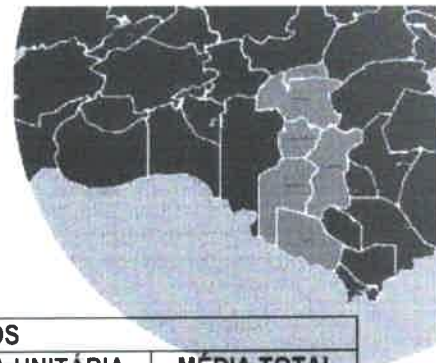
CPSMJN

Consórcio Público de Saúde
da Microrregião de Juazeiro do Norte



73	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS NO SANGUE	1700	UND	R\$	5,32	R\$	9.044,00
74	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA - T3	500	UND	R\$	9,76	R\$	4.880,00
75	DOSAGEM DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA - TAP	500	UND	R\$	9,22	R\$	4.610,00
76	DOSAGEM DE TTP ATIVADO	500	UND	R\$	10,25	R\$	5.125,00
77	DOSAGEM DE URÉIA NO SANGUE	1000	UND	R\$	4,70	R\$	4.700,00
78	DOSAGEM DE VITAMINA B12	200	UND	R\$	14,25	R\$	2.850,00
79	DOSAGEM SERICA DE IMUNOGLOBULINA A - IgA	150	UND	R\$	13,63	R\$	2.044,50
80	ELETRO FORESE DE PROTEINAS	90	UND	R\$	16,73	R\$	1.505,70
81	EXAME ANTI TPO- TIREOPEROXIDASE	100	UND	R\$	17,58	R\$	1.758,00
82	EXAME ANTIGOAGULANTE LUPICO	100	UND	R\$	46,33	R\$	4.633,00
83	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	100	UND	R\$	20,21	R\$	2.021,00
84	EXAME DE CAPTURA HÍBRIDA HPV	50	UND	R\$	305,50	R\$	15.275,00
85	HEMOGRAMA COMPLETO COM CONTAGEM DE PLAQUETAS	1700	UND	R\$	7,67	R\$	13.039,00
86	ÍNDICE DE SATURAÇÃO DA TRANSFERRINA - IST	100	UND	R\$	11,10	R\$	1.110,00
87	PESQUISA DE ANTI HBC TOTAL - HEPATITE B	100	UND	R\$	17,72	R\$	1.772,00
88	PESQUISA DE ANTI HBS	100	UND	R\$	17,11	R\$	1.711,00
89	PESQUISA DE ANTICITOMEGALOVIRUS IGG	250	UND	R\$	15,20	R\$	3.800,00
90	PESQUISA DE ANTICITOMEGALOVIRUS IGM	250	UND	R\$	17,88	R\$	4.470,00
91	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG DA RUBÉOLA	300	UND	R\$	18,07	R\$	5.421,00
92	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM DA RUBÉOLA	300	UND	R\$	27,03	R\$	8.109,00
93	PESQUISA DE ANTI-HCV – HEPATITE C	300	UND	R\$	16,36	R\$	4.908,00
94	PESQUISA DE ANTI-HIV (ELISA)	200	UND	R\$	11,18	R\$	2.236,00
95	PESQUISA DE ANTITOXOPLASMA IGG	200	UND	R\$	17,63	R\$	3.526,00
96	PESQUISA DE ANTITOXOPLASMA IGM	200	UND	R\$	18,35	R\$	3.670,00
97	PESQUISA DE CEA - EXAME DO ANTÍGENO CARCINOEMBRIONÁRIO	100	UND	R\$	37,28	R\$	3.728,00
98	PESQUISA DE FATOR RH NO SANGUE	700	UND	R\$	5,52	R\$	3.864,00
99	PESQUISA DE HAV-IGG – HEPATITE A	250	UND	R\$	17,01	R\$	4.252,50
100	PESQUISA DE HAV-IGM – HEPATITE A	250	UND	R\$	17,16	R\$	4.290,00
101	PESQUISA DE HBSAG	200	UND	R\$	15,06	R\$	3.012,00
102	PESQUISA DE HLA B 27	30	UND	R\$	69,85	R\$	2.095,50
103	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES	30	UND	R\$	13,50	R\$	405,00
104	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	100	UND	R\$	29,07	R\$	2.907,00
105	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	120	UND	R\$	12,09	R\$	1.450,80
106	PRESENÇA DE ANTICORPOS ANTICARDIOLIPINA NO SANGUE	30	UND	R\$	63,25	R\$	1.897,50
107	PROTEINURIA DE 24 HORAS	120	UND	R\$	9,26	R\$	1.111,20
108	RELAÇÃO ALBUMINA - CREATININA	100	UND	R\$	9,28	R\$	928,00
109	RELAÇÃO PROTEINA/CREATININA URINARIA	70	UND	R\$	14,67	R\$	1.026,90
110	TESTE DE COOMBS DIRETO	150	UND	R\$	14,80	R\$	2.220,00
111	TESTE DE COOMBS INDIRETO	150	UND	R\$	24,50	R\$	3.675,00
112	TESTE DE TOLERÂNCIA A LACTOSE	150	UND	R\$	25,15	R\$	3.772,50
113	TESTE DE TOLERANCIA ORAL A GLICOSE-TTOG	400	UND	R\$	16,54	R\$	6.616,00
114	TESTE DE VDRL	500	UND	R\$	5,34	R\$	2.670,00
115	TESTE DE VDRL QUANTITATIVO	120	UND	R\$	10,53	R\$	1.263,60
116	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBINA HUMANA	100	UND	R\$	21,95	R\$	2.195,00
117	UROCULTURA	90	UND	R\$	18,00	R\$	1.620,00

R\$ 416.218,70

**CPSMJN**Consórcio Público de Saúde
da Microregião de Juazeiro do Norte**LOTE 2 - EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS E CITOLOGICOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	CITOLOGIA CERVICO-VAGINAL (POR LÂMINA)	500	UND	R\$ 75,25	R\$ 37.625,00
2	CITOLOGIA ONCOTICA DE MAMA (POR LÂMINA)	250	UND	R\$ 99,06	R\$ 24.765,00
3	CITOLOGIA ONCOTICA DE TIREÓIDE (POR LÂMINA)	250	UND	R\$ 99,06	R\$ 24.765,00
4	EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DE TECIDOS MOLES E DUROS DA BOCA	48	UND	R\$ 122,81	R\$ 5.894,88
5	EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO P/ BIÓPSIAS	600	UND	R\$ 122,81	R\$ 73.686,00
6	EXAME CITOPATOLÓGICO DE LÍQUIDOS	120	UND	R\$ 100,31	R\$ 12.037,20
7	EXAME HISTOPATOLÓGICO – MAMA OU TIREOIDE OU PROSTATA (POR PEÇA)	500	UND	R\$ 121,56	R\$ 60.780,00
8	IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	50	UND	R\$ 509,00	R\$ 25.450,00

R\$ 239.553,08**5. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema Licitações-e do Banco do Brasil, **concomitantemente** com os documentos de habilitação, para cada item participante, exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

5.2.O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, junto ao Banco do Brasil (licitações-e.com.br);

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CRC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

5.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à Proposta de Preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil;

5.10. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado;

5.11. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata/recuperação judicial, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição superiores a 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da presente licitação;



CPSMJN
Consórcio Público de Saúde
da Microregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fls: 68
CPSMJN



5.12. Os documentos apresentados, cópias ou originais, deverão conter todas as informações de seu bojo legível e inteligível, sob pena de os mesmos ser desconsiderados pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio;

5.13. O licitante que apresentar documento em desacordo com o disposto neste item será eliminado e não participará da fase subsequente do processo licitatório.

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 - Indicação do lote e especificação do objeto licitado com todos seus itens, de acordo com o disposto no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;

5.1.2 - Valor total do lote;

5.1.3 - Prazo de validade da Proposta de Preços não inferior a 60 (sessenta) dias;

5.1.4 - Prazo de execução/entrega dos materiais conforme os termos deste edital;

5.14. O encaminhamento de Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas Propostas e lances;

5.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.16. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.17. Não serão adjudicadas Propostas com valor superior ao estimado para a contratação;

5.18. A apresentação da Proposta de Preços implica na ciência clara de todos os termos deste edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do instrumento contratual, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e o Decreto Federal Nº 10.024/2019;

5.19. Somente serão aceitas Propostas elaboradas e enviadas através do sistema, inclusive quanto aos seus anexos, não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro por meio do sistema.

6. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS PRAZOS E RECOLHIMENTO DO MATERIAL:

6.1. DAS ORDENS DE COMPRAS:

6.1.1 Os exames deverão ser realizados, após emissão da autorização e/ou solicitação, ao qual serão solicitados somente com o pedido carimbado e assinado por médico que presta serviços junto ao CPSMJN

6.2. Os serviços de coleta deverão ser prestados na sede da Policlínica João Pereira dos Santos, os materiais usados para a coleta deverão ser de responsabilidade da Contratada.

6.2.1. A empresa contratada deverá designar funcionário que deverá ficar como responsável para manter o atendimento e coletas das solicitações e obrigações do contrato. A empresa deverá informar as unidades de escalas de funcionários que atuarão para manter os serviços.

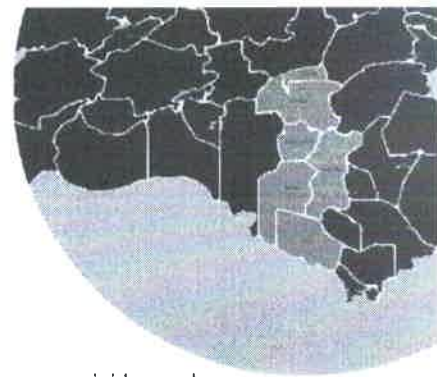
6.2. DO PRAZO DE ENTREGA: Prazo normal para entrega de exames:

6.2.1. Para os exames hematológicos, bioquímicos, imunologia, uroanálise e parasitologias, serão de 48 (quarenta e oito) horas, após coleta;

6.2.2. Para os exames de sorologia e hormônios, será de 05 (cinco) dias, após coleta;

6.2.3. Para os exames de citopatologia, será de 10 (dez) dias, após a coleta;

6.2.4. Para os exames de biópsia de endoscopia, ginecologia e pequenas cirurgias serão de 10 (dez) dias, após coleta.



6.3. Os resultados dos exames deverão estar disponíveis de acordo com as normas exigidas pelos conselhos dos órgãos competentes

6.4. A autoridade superior competente do órgão desta licitação poderá designar uma Comissão de Recebimento, cujo propósito será a conferência dos serviços entregues com as especificações contidas na proposta de preços da Contratada. Caso o exame entregue esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, a Comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Habilitação Jurídica:

- a) **NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
 - b) **NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESARIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) **NO CASO DE SOCIEDADES SIMPLES**, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - d) **NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS**: decreto de autorização expedido por órgão competente; os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação;
 - e) **NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES**: Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhando de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;
 - f) **NO CASO DE SOCIEDADE COOPERATIVA**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - g) **EMPRESAS MERCANTIS**, inscrição no Registro Público de onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
 - h) Em se tratando de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**: Certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 7.1.1. cópia do documentos oficial com foto e CPF, de sócio Administrador ou do titular da empresa ou outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei

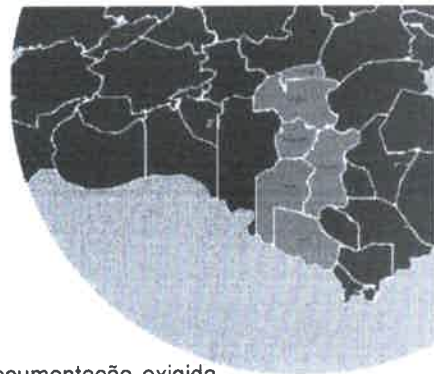
7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a Seguridade Social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;



CPSMJN

Consórcio Público de Saúde
da Microregião de Juazeiro do Norte



h) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

i) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

j) A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação ou do item, conforme o caso;

7.3. Qualificação econômico-financeira:

7.3.1. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (DRE) DO ÚLTIMO EXERCÍCIO FISCAL**, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário** - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.3.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) Sociedades empresariais em geral: registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

b) Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76: registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) Sociedades simples: registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

d) As empresas constituídas á menos de um ano: apresentarão deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.3.3. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 8.6.1, no mínimo:

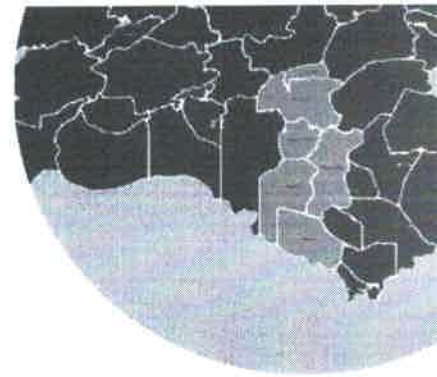
a) balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente;

b) Termos de abertura e encerramento do Livro Diário.

7.3.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

7.3.5. A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo **na forma da lei**.

7.3.5.1. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 8.6.5 engloba, no mínimo:

**CPSMJN**Consortio Público de Saúde
da Microregião de Juazeiro do Norte

- a) Balanço Patrimonial;
- b) DRE – Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Recibo de entrega de escrituração contábil digital;
- d) Termos de abertura e de encerramento do Livro Diário;
- e) Recibo de entrega de escrituração contábil digital; *(Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018);*

7.3.6. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

7.3.7. Fica dispensado da apresentação da exigência prevista nos itens anteriores a figura do **Microempreendedor Individual – MEI**, devendo comprovar e apresentar as demais exigências;7.3.7.1. O **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI** que no ano calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), está dispensado do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social Na forma do item anterior, conforme art. 1.179 § 2º do Código Civil e art. 18-A §1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASNSIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual), para comprovar tal condição.7.3.8. **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (artigo 31 da Lei nº 8.666/93) em data não superior a 30 (trinta) dias.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedida por entidade pública ou privada, usuária do fornecimento em questão, comprovando a prestação do fornecimento nos moldes do Termo de Referência. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo(a) Pregoeiro(a) ou quem este indicar, bem como as demais informações:

- a) nome, CNPJ e endereço completo da pessoa jurídica tomadora dos serviços e emitente do atestado;
- b) nome e CNPJ da empresa que forneceu os produtos;
- c) descrição dos produtos/serviços;
- d) período de execução do fornecimento/serviço;
- e) local e data da emissão do atestado;
- f) identificação (nome e cargo ou função) e assinatura do signatário do atestado;

7.4.2. No atestado de capacidade técnica deverá estar descrito expressamente os itens cuja execução ou entrega foram realizadas, sendo estes compatíveis com o Termo de Referência deste edital, conforme o caso;

7.4.3. **Poderá**, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 7.7.2, instrumento de nota fiscal/contrato de fornecimento, respectivos, ao qual o atestado faz vinculação;7.4.4. Caso o(s) atestado(s) não explicitem com clareza o fornecimento de produtos/serviços, estes **deverão** ser acompanhados dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres que comprovem os instrumentos das contratações;

7.4.5. Caso a apresentação do(s) atestado(s), declaração(ões) ou certidão(ões) não sejam suficientes para o convencimento do Pregoeiro, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, conforme preconiza o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, em aplicação subsidiária com a Lei nº 10.520/2002.

7.7.6. Indicação do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, com registro em seu respectivo conselho de classe;

7.7.7. Alvará de licença sanitária emitida pela vigilância sanitária estadual ou Municipal;



CPSMJN

Consortio Público de Saúde
da Microregião de Juazeiro do Norte



7.7.8. Certidão de regularidade técnica, expedido pelo Conselho Regional competente de sua jurisdição (resolução CFF nº 464 de 23/07/2007).

7.8. Declarações:

7.8.1. O licitante deverá atender as exigências editalícias quanto as declarações solicitadas nas condições de participação deste edital, mediante o acionamento em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação.

7.8.1.1. Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF – ou seja, de que **não utiliza trabalho de menos de dezoito anos em atividades noturnas**, perigosas ou insalubres e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

7.8.1.2. Declaração de licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da lei, **de que conhece e aceita o teor completo do Edital**, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.

7.8.1.3. Declaração de licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de **não haver fatos impeditivos**, quanto a participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

7.8.1.4. Caso não seja declarado o prazo de validade da certidão, será considerada apenas a que tiver sido emitida no máximo até 30 (trinta) dias antes da data do protocolo do envelope.

7.8.1.5. Os documentos expedidos pela internet, poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, entretanto estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade, através de consulta realizada pelo Pregoeiro.

7.8.1.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8.1.7. Caso o licitante pretenda que uma de suas filiais/matriz, que não o participante desta licitação execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos estabelecimentos.

8. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

8.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamento de pessoal e material, custos e demais despesas que possam incidir direta ou indiretamente sobre a execução do(s) objeto(s) licitado(s), inclusive a margem de lucro.

8.2. PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da entrega dos produtos licitados, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa/fiscal do contrato, acompanhadas das Certidões Federal (abrangendo as contribuições sociais), Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

8.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

8.3. REAJUSTE: Os valores constantes da Ata de Registro de Preços são irrevogáveis.

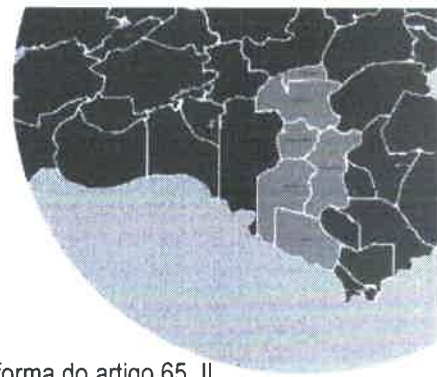
8.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento.



CPSMJN
Consórcio Público de Saúde
da Microrregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fis: 73
CPSMJN



objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

9. Da formalização da ata de registro:

9.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte, através do Ordenador de Despesas e os licitantes vencedores, que observará os termos da lei n.º 8.666/93, da lei n.º 10.520/02 e demais normas pertinentes;

9.2. Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da legislação aplicável deverão obedecer às disposições elencadas na ata de registro de preços anexa ao edital.

9.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o consórcio público de saúde da microrregião de Juazeiro do Norte convocará o licitante vencedor para assinatura da ata de registro de preços, que firmaram o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra o edital.

9.4. O licitante vencedor terá o prazo de dois dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a ata de registro de preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso E desde que ocorra justo motivo aceito pelo consórcio público de saúde da microrregião de Juazeiro do Norte.

9.5. A recusa injustificada ou a carência de Justo motivo da vencedora de não formalizar a ata de registro de preços, no prazo estabelecido, sujeitará a licitante a aplicação das penalidades previstas no edital.

9.6. Se o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido é facultado à administração do consórcio público de saúde convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas a obtenção de melhores preços, preservando o interesse Público e respeitado os valores estimados para contratação previstos na planilha de custos anexa no termo de referência.

9.7. Os contratos de fornecimento decorrentes da ata de registro de preços serão formalizados com recebimento da autorização de compra e da nota de empenho pela detentora .

9.8. A nota de empenho será encaminhada ao 1º (primeiro) classificado para cada item/lote da ata de registro de preços quando da necessidade do fornecimento do produto.

9.9. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura da ata de registro de preços. Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da ata de registro de preço nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais na forma prevista, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

9.10. Ata de registro de preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto nos artigos, 57,58 e 65 da Lei n.º 8.666/93.

9.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8666/93.

9.12. A ata de registro de preços produzirá seus efeitos jurídicos e legais a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até 12 (doze) meses;

9.13. A ata de registro de preços não obriga o CPSMJN a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisições de objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

9.14. O direito de preferência que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o CPSMJN optar pela aquisição do objeto cujo o preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.



9.15. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Estado do Ceará Diário oficial do Município e no Jornal, bem como será disponibilizado no quadro de avisos da comissão de licitação e ficarão a disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.16. O CPSMJN monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

9.17. O CPSMJN convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

9.18. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento, fundamento e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

9.19. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença, percentual apurado entre o valor originalmente constante na proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado a época do registro – equação econômico-financeira.

9.20. Para efeito de definição de preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo CPSMJN para determinação e um item/lote.

9.21. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o CPSMJN poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes dos futuros contratos correrão à conta dos recursos respectivos, **nas dotações orçamentárias do CPSMJN**, assim como suas respectivas fontes de recursos.

11. FISCAL DO CONTRATO:

11.1. A Fiscalização dos Contratos será exercida pela servidora **FRANCISCA DAS CHAGAS DE CARVALHO ANDRADE SIMÕES**, portadora da Cédula de Identidade RG N°. 99029079348 SSP/CE e do CPF n°. 930.015.763-91, farmacêutica da Policlínica João Pereira dos Santos, especialmente designado pelo Ordenador de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

12.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, termo de referência, contrato e proposta, da Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei N°. 10.520/02.

12.2. A CONTRATADA obriga-se a:

12.2.1. Assinar e devolver a ordem de compra ao órgão solicitante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

12.2.2. Entregar os produtos contratados no prazo determinado no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no contrato, no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto, que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

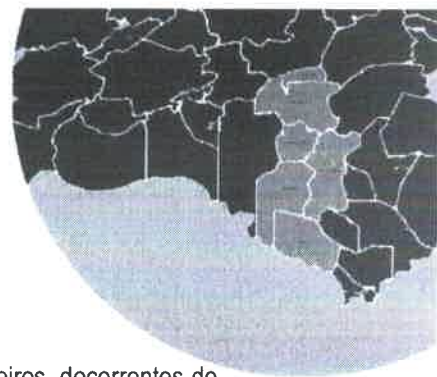
a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



CPSMJN
Consortio Público de Saúde
da Microrregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fls: 35
CPSMJN



b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

12.2.3. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

12.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Exercer a fiscalização da execução do trabalho;
- b) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos.
- c) Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.
- d) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

13. DA GARANTIA

13.1. Todos os materiais/produtos/equipamentos fornecidos deverão possuir garantia referente a defeitos de fabricação ou outros, por período mínimo de 06 (seis) meses, e/ou de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

14. DAS SANÇÕES:

14.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar a ata de registro de preços ou termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução dos serviços, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CPSMJN e será descredenciado no Cadastro do CPSMJN pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor detentor da ata de registro de preços ou da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou termo de contrato quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na entrega;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias;

14.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei N.º 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei N.º 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;



CPSMJN
Consortio Público de Saúde
da Microregião de Juazeiro do Norte

Comissão de Licitação

Fis: 76
CPSMJN



b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da ordem de compra, ou do valor global máximo da ata ou contrato, conforme o caso;

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao CPSMJN no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso.

14.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

14.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do Estado do Ceará e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14.4. Constituem motivos para rescisão do contrato:

14.4.1. O descumprimento das condições contratuais ou o seu cumprimento de forma irregular;

14.4.2. A não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.4.3. A não aceitação da redução do preço ofertado, quando se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.4.4. Razões de interesse público; e

14.4.5. Quaisquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

14.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o CPSMJN e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do CPSMJN pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.5.2. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pelo Pregoeiro à Procuradoria Geral do CPSMJN para apuração.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preços, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

15.2. Reproduza-se este termo de referência na minuta do edital e no edital.

Barbalha/CE, 25 de agosto de 2023.


Francisco Samuel da Silva
Ordenador de despesas do CPSMJN

